



PROCESSO Nº 001907-0200/16-6

EXECUTIVO MUNICIPAL DE MATO QUEIMADO

ADMINISTRAÇÃO: Nelson Hentz

Nilson Antônio Borchert

IT - RELATÓRIO GERAL DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

PROCESSO DE CONTAS DE GOVERNO/2016

Senhora Coordenadora:

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 005/2012, registra-se que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame, tratando de matéria relativa às Contas de Governo.

Cabe destacar que, no exame das Contas de Governo, foi constatado:

1 – DA GESTÃO FISCAL

A Instrução Técnica Final/Encerramento do exercício financeiro de 2016, realizada pelo Serviço de Acompanhamento de Gestão – SAG, deste Processo de Contas de Governo, concluiu pelo não atendimento do seguinte dispositivo legal (peça 595124, página 21)

- Item 2.3 – Da Lei da Transparência - caput do art. 48 da LC Federal nº 101/2000, com, as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009.



2 – DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

2.1 - DOS DOCUMENTOS

O exame acerca da documentação enviada pela Auditada evidencia a seguinte irregularidade:

2.1 - Da cópia das atas de encerramento dos inventários de bens e valores, elaboradas pela comissão inventariante, evidenciando eventuais diferenças e as respectivas providências, em atendimento ao art. 2º, inciso III, alínea “d” da Resolução nº 1.052/2015. O documento apresentado informa que a realização do inventário ocorreu apenas de forma amostral (peça 504175).

3 – DAS VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS

3.1 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 601247), constata-se que o percentual aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, pelo Executivo Municipal no exercício de 2016, **atendeu** ao disposto no *caput* do art. 212 da Constituição Federal, que estabelece o percentual de 25% como aplicação mínima, conforme se demonstra:

Receita base de cálculo – R\$	Valor aplicado - R\$	%
10.697.401,76	2.873.301,82	26,86

3.2 - AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPS

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 601232), constata-se que o percentual aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS, pelo Executivo Municipal no exercício de 2016, **atendeu** ao



disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece o percentual de 15% como aplicação mínima, conforme se demonstra:

Receita base de cálculo – R\$	Valor aplicado – R\$	%
10.697.401,76	1.755.459,78	16,41

CONCLUSÃO

No que tange ao **Sr. Nelson Hentz**, salienta-se a existência de irregularidades de sua responsabilidade passíveis de serem esclarecidas, quanto aos tópicos indicados abaixo. Quanto ao demais Administrador, sugere-se **que não seja intimado porquanto não foram constatadas irregularidades de sua responsabilidade.**

- Da Gestão Fiscal – Instrução Técnica Final/Encerramento do exercício financeiro de 2016 (peça 595124).

- Do Relatório Geral de Consolidação das Contas, quanto ao item 2.1 – Dos Documentos.

À sua consideração.

Em 18 de maio de 2017

VLADIMIR COSTA DA SILVA
Auditor Público Externo